



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Judiciária**

Prova Cargo A , Tipo 1  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação**

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém o tema da Prova Discursiva - Redação e o espaço destinado ao rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- fazer a Prova Discursiva - Redação, usando para rascunho o espaço a ela reservado.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Prova Discursiva - Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para a Folha de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Julho/2005

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**As verdades da Ciência**

*Li recentemente nos jornais que o renomado cientista Stephen Hawking fez uma declaração sensacional, para dizer o mínimo. Afirma que cometeu um erro ao enunciar, nos anos 70, a sua teoria dos buracos negros, e agora se prepara para apresentar as devidas correções diante de um plenário de cientistas. Para entender o de que vou aqui tratar não é necessário saber o que são os buracos negros; basta lembrar que constituem uma das questões mais controversas e cativantes da astrofísica moderna.*

*Para os que lidam com as ciências, não há nada de excepcional nessa atitude de Hawking, mas entendo que o episódio deva ser levado ao conhecimento dos jovens de todas as escolas não-fundamentalistas e leigas, para que reflitam sobre os princípios da ciência moderna. Esta não crê que o novo está sempre certo, ou que a verdade reside congelada num passado remoto. Ao contrário, ela se baseia no princípio da “falibilidade”, segundo o qual a ciência avança corrigindo-se constantemente, desmentindo suas hipóteses por meios de tentativa e erro, reconhecendo os próprios enganos e considerando que um experimento malsucedido não é um fracasso, podendo ser tão valioso quanto outro bem-sucedido, por provar que determinada linha de pesquisa estava equivocada, e que é necessário corrigi-la, ou mesmo recomeçar do zero.*

*Esse modo de pensar opõe-se a todas as formas de fundamentalismo, a todas as interpretações literais das sagradas escrituras – também passíveis de constante reinterpretação – e a todas as certezas dogmáticas das próprias idéias. Essa é a boa “filosofia”, no sentido cotidiano e socrático do termo, que a escola deveria ensinar.*

Umberto Eco

(Adaptado do site [http:// revistaentrelivros.uol.com.br](http://revistaentrelivros.uol.com.br))

1. Esta é uma das acepções da palavra **fundamentalismo**, no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:

*qualquer corrente, movimento ou atitude, de cunho conservador e integrista, que enfatiza a obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios básicos.*

Considerando-se essa acepção, o fundamentalismo a que se refere Umberto Eco em seu texto

- (A) está na base do desenvolvimento da ciência moderna, cujos sólidos princípios devem merecer e inspirar a reflexão dos jovens.
- (B) caracteriza toda experimentação científica que, partindo de princípios rigorosos, admita negá-los, quando necessário.
- (C) contraria o princípio da falibilidade da ciência moderna, segundo o qual os fracassos têm sua importância para o caminho do acerto.
- (D) contraria o método científico da tentativa e erro, segundo o qual uma verdade só se afirma quando se mostra infalível.
- (E) corrige o excesso de confiança nos princípios da ciência moderna, segundo os quais não haveria erros ou equívocos absolutos.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A declaração de Stephen Hawking é vista como *sensacional* por seu caráter de ratificação cabal da teoria dos buracos negros.
- II. O autor deixa implícito que as escolas de orientação fundamentalista não acatam facilmente o princípio da “falibilidade” da ciência moderna.
- III. Acreditar que *o novo está sempre certo* é, segundo o autor, um princípio tão equivocado quanto as *certezas dogmáticas das próprias idéias*.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão do texto em:

- (A) *fez uma declaração sensacional, para dizer o mínimo* = pronunciou-se de modo sensacionalista, no mínimo.
- (B) *interpretações literais das sagradas escrituras* = leituras que atualizam o sentido dos livros sagrados.
- (C) *uma das questões mais controversas e cativantes* = um dos aspectos mais irrestritos e prestigiosos.
- (D) *passíveis de constante reinterpretação* = sempre sujeitas a um outro entendimento.
- (E) *a verdade reside congelada num passado remoto* = a certeza se solidifica com o passar do tempo.

4. *Ao contrário, ela se baseia no princípio da “falibilidade”, segundo o qual a ciência avança corrigindo-se constantemente.*

Os segmentos sublinhados na frase acima podem ser substituídos, respectivamente, sem prejuízo para o sentido, por

- (A) Não obstante isso - mediante o qual
- (B) Em desacordo com isso - conforme o qual
- (C) Apesar disso - para cujo
- (D) Ao encontro disso - em função do qual
- (E) Conquanto isso ocorra - em cuja finalidade

5. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:

- (A) Deverão interessar ao plenário de cientistas, no pronunciamento que Hawking se prepara para fazer, as correções sobre a teoria dos buracos negros.
- (B) Opõem-se às mais variadas formas de fundamentalismo todo e qualquer método científico que admite a hipótese de sua própria falibilidade.
- (C) Os princípios que se deve ensinar aos jovens estudantes são aqueles em que se supõem todo o dinamismo das verdades da ciência.
- (D) Não desanimam aos verdadeiros cientistas, nos passos de uma teoria, um eventual tropeço na observação de um fato ou na formulação de uma lei.
- (E) Cabem aos cientistas sérios e honestos reformular suas teorias, toda vez que encontrem nelas seja uma falha grave, seja um pequeno deslize.

<p>6. Admite transposição para a voz passiva o segmento sublinhado na seguinte frase:</p> <p>(A) Esse modo de pensar <u>opõe-se a todas as formas</u> de fundamentalismo.</p> <p>(B) (...) por provar que <u>determinada linha de pesquisa estava equivocada</u>.</p> <p>(C) Para os que <u>lidam com a ciência</u>, não há nada de excepcional nessa atitude (...)</p> <p>(D) (...) se prepara para <u>apresentar as devidas correções</u> diante de um plenário de cientistas.</p> <p>(E) (...) <u>a verdade reside</u> congelada num passado remoto.</p>	<p>10. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. O renomado cientista fez uma declaração.</p> <p>II. O autor do texto impressionou-se com essa declaração.</p> <p>III. Essa declaração pareceu-lhe altamente educativa.</p> <p>Essas afirmações estão articuladas de modo claro, coerente e correto no seguinte período:</p> <p>(A) O autor do texto impressionou-se com a declaração feita pelo renomado cientista, já que ela lhe pareceu altamente educativa.</p> <p>(B) Em vista de ser altamente educativa, a impressão do autor do texto foi grande pela declaração do renomado cientista.</p> <p>(C) Impressionou-se tanto o autor do texto, na declaração feita pelo renomado cientista, que lhe pareceu altamente educativa.</p> <p>(D) A declaração que fez o renomado cientista pareceu-lhe altamente educativa, haja visto de que o autor se impressionou com ela.</p> <p>(E) Por lhe parecer altamente educativa, a declaração do renomado cientista acarretou para o autor do texto em uma forte impressão.</p>
<p>7. É <b>inadequada</b> a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Para que se possa entender o de que vou aqui tratar não é necessário ter muita informação acerca da teoria dos buracos negros.</p> <p>(B) Para que se venha a entender o de que aqui tratarei não será necessário ter muita informação acerca da teoria dos buracos negros.</p> <p>(C) Não foi necessário que se tenha muita informação acerca da teoria dos buracos negros para que se viesse a entender o de que aqui estivera tratando.</p> <p>(D) Não seria necessário que se tivesse muita informação acerca da teoria dos buracos negros para que se entendesse o de que lá eu tratava.</p> <p>(E) Para que se pudesse entender o de que aqui trataria, não seria necessário ter muita informação acerca da teoria dos buracos negros.</p>	<p>11. A supressão da(s) vírgula(s) implicará alteração de sentido na frase:</p> <p>(A) Ao longo das últimas décadas, as obras de Umberto Eco vêm ganhando mais e mais respeitabilidade.</p> <p>(B) Umberto Eco homenageia os cientistas, que combatem o obscurantismo fundamentalista.</p> <p>(C) O grande pensador italiano, Umberto Eco, homenageia em seu texto a atitude de um grande cientista.</p> <p>(D) Na atitude de Stephen Hawking, há uma grandeza que todo cientista deveria imitar.</p> <p>(E) Não há como deixar de reconhecer, no texto de Humberto Eco, uma homenagem a Stephen Hawking.</p>
<p>8. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Umberto Eco vê na atitude de Stephen Hawking como um exemplo para os jovens, devido à sua disposição de reformular os erros encontrados em sua teoria.</p> <p>(B) A atitude da Stephen Hawking agradou muito a Umberto Eco, que soube reconhecer nela um exemplo para todo jovem estudante que não queira ser um fundamentalista.</p> <p>(C) Neste presente texto é homenageada pelo autor a atitude de Stephen Hawking, em cuja se verifica a clara disposição de um cientista ao rever suas próprias teses.</p> <p>(D) Combatendo as atitudes fundamentalistas, o autor encontrou um belo exemplo do contrário, ao verificar o quanto na atitude do grande cientista contém de seriedade e humildade.</p> <p>(E) A admiração do autor pelo grande cientista advém do fato deste não ser um fundamentalista, conquanto seja capaz de se propor à uma revisão acerca de suas teorias.</p>	<p>12. O verbo indicado entre parênteses deve, obrigatoriamente, ser flexionado no <b>plural</b> para preencher de modo correto a lacuna da seguinte frase:</p> <p>(A) ..... (SER) com episódios como esse que se pode dar aos jovens alunos um exemplo de atitude científica.</p> <p>(B) Nenhuma, entre as formas de fundamentalismo, ..... (MERCER) a admiração ou o respeito de Umberto Eco.</p> <p>(C) Para Umberto Eco, neste texto, ..... (IMPORTAR) menos as correções teóricas de Hawking que sua atitude mesma.</p> <p>(D) Sendo muitos os princípios em que se ..... (BASEAR) a ciência moderna, o da falibilidade tem para Eco um peso decisivo.</p> <p>(E) Quando ..... (URGIR) desmentir hipóteses de fato injustificáveis, não deve hesitar o cientista responsável.</p>
<p>9. Para entender <u>o de que vou aqui tratar</u> não é necessário saber o que são os buracos negros.</p> <p>A frase acima permanecerá correta caso se substitua o elemento sublinhado por</p> <p>(A) o de que aqui me referirei.</p> <p>(B) aquilo que irei aludir.</p> <p>(C) o que aqui me reportarei.</p> <p>(D) àquilo de que aqui exporei.</p> <p>(E) o de que aqui me ocuparei.</p>	

<p>13. Justifica-se o sinal de crase em <b>ambos</b> os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) Opõe-se o autor <u>àqueles</u> fundamentalistas que não admitem rever os resultados <u>à</u> que chegaram.</p> <p>(B) Hawking dispôs-se <u>à</u> apresentar a um plenário de cientistas correções <u>à</u> sua teoria dos buracos negros.</p> <p>(C) A quem aspira <u>às</u> certezas dogmáticas não satisfarão as hipóteses de trabalho, sempre sujeitas <u>à</u> alguma revisão.</p> <p>(D) Hawking filia-se <u>à</u> tradição dos grandes cientistas, que sempre souberam curvar-se <u>às</u> evidências de um equívoco.</p> <p>(E) Fundamentalista é todo aquele que prefere <u>às</u> certezas dogmáticas <u>às</u> hipóteses sujeitas a verificação e a erro.</p>	<p>17. A fim de atribuir níveis de segurança a zonas da internet, tais como <i>Intranet local</i> e <i>sites restritos</i>, entre outras, solicita-se que o Internet Explorer, versão 5 ou 6, seja configurado para tal. Uma das formas de realizar essa operação é por meio do acesso à janela</p> <p>(A) Segurança, dentro de Opções da Internet no menu Ferramentas.</p> <p>(B) <i>Windows Update</i>, mediante o acionamento do menu Arquivo.</p> <p>(C) Configurações de Web, dentro de Opções da Internet no menu Exibir.</p> <p>(D) Barra de ferramentas, no menu Editar.</p> <p>(E) Propriedades, dentro de Opções da Internet no menu Ferramentas.</p>
<p>14. É <b>INCORRETO</b> afirmar que o elemento sublinhado na frase</p> <p>(A) <i>Esta não crê</i> (segundo parágrafo) refere-se diretamente a <i>atitude de Hawking</i>.</p> <p>(B) <i>Para entender o de que vou aqui tratar</i> (primeiro parágrafo) pode ser substituído por <i>isto de que</i>.</p> <p>(C) <i>tão valioso quanto outro bem sucedido</i> (segundo parágrafo) refere-se a <i>experimento</i>.</p> <p>(D) <i>é necessário corrigi-la</i> (segundo parágrafo) refere-se a <i>determinada linha de pesquisa</i>.</p> <p>(E) <i>Para os que lidam com as ciências</i> (terceiro parágrafo) pode ser substituído por <i>aqueles que</i>.</p>	<p>18. Observe as seguintes definições:</p> <p>I. Aplicativo Web específico para uso interno de uma corporação.</p> <p>II. tráfego Web, comumente no padrão: <i>xxxxxxx@yyyyyyyy.com.br</i>.</p> <p>III. tráfego Web, comumente no padrão: <i>http://www.xxxxxxxxx.com.br</i>.</p> <p>Correspondem, respectiva e conceitualmente, às definições acima</p> <p>(A) Intranet; endereço de <i>site</i> da Web e hipermídia.</p> <p>(B) MS-Word; endereço de <i>site</i> Web e hipertexto.</p> <p>(C) Internet; hipermídia e endereço de correio eletrônico.</p> <p>(D) Intranet; endereço de correio eletrônico e endereço de <i>site</i> Web.</p> <p>(E) MS-Excel; Internet e endereço de correio eletrônico.</p>
<p>15. É preciso <b>corrigir</b> a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Se se admite que a ciência avança corrigindo-se constantemente, um desmentido de hipóteses não deve escandalizar nenhum cientista.</p> <p>(B) Ao se admitir que o avanço da ciência ocorre por tentativa e erro, admite-se, obviamente a necessidade de uma constante revisão de hipóteses.</p> <p>(C) Não houvesse uma permanente correção de eventuais equívocos, como poderia a ciência estabelecer alguma base para as suas verdades?</p> <p>(D) Em que verdades científicas poderíamos confiar, caso não se buscasse sempre a confirmação rigorosa de toda hipótese levantada?</p> <p>(E) A menos que se demonstre a verdade de uma hipótese científica, só poderemos confiar-lhe na medida em que não paire sobre esta qualquer dúvida.</p>	<p>19. Utilizando “Meu computador” ou “Meus documentos”, no Windows XP, uma das formas de habilitar a exibição do caminho completo de arquivos e pastas na barra de títulos, é por intermédio da seção “Modo de exibição”, disponível em</p> <p>(A) Configuração de arquivo, do menu Exibir.</p> <p>(B) Opções de pasta, do menu Ferramentas.</p> <p>(C) Exibir, do menu Configurar pasta.</p> <p>(D) Opções de pasta, do menu Exibir.</p> <p>(E) Configurar página, do menu Ferramentas.</p>
<p>16. Diante da necessidade preventiva de corrigir o uso acidental da tecla <i>Caps Lock</i> no MS-Word, versão 97 ou 2000, deve-se habilitar essa condição por meio do acionamento da opção</p> <p>(A) Controlar alterações, do menu Exibir.</p> <p>(B) Ortografia e gramática, do menu Formatar.</p> <p>(C) AutoCorreção, do menu Ferramentas.</p> <p>(D) Controlar alterações, do menu Inserir.</p> <p>(E) AutoCorreção, do menu Arquivo.</p>	<p>20. Por recomendação da auditoria, foram adotados procedimentos de <i>backup</i> de arquivos dos computadores. A fim de evitar a interrupção dos trabalhos, em caso de sinistro, foi recomendado principalmente que</p> <p>(A) os computadores sejam mantidos desligados, após o expediente, e somente as cópias do sistema operacional sejam mantidas em locais geograficamente distintos e vigiadas 24 horas por dia.</p> <p>(B) sejam feitas semanalmente cópias de arquivos e que estas sejam guardadas, de preferência, em um mesmo local para agilizar a retomada.</p> <p>(C) os computadores permaneçam ligados, ininterruptamente, e apenas as cópias dos arquivos de programas sejam mantidas em locais geograficamente distintos e vigiadas 24 horas por dia.</p> <p>(D) sejam feitas diariamente cópias de arquivos e que estas sejam guardadas, de preferência, em um mesmo local para agilizar a retomada.</p> <p>(E) sejam feitas regularmente cópias de segurança dos arquivos e que estas sejam mantidas em locais geograficamente distintos.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Considere o que segue:

- I. Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social.
- II. Os Estados podem incorporar-se, entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Essas normas constitucionais são denominadas, respectivamente, de eficácia

- (A) plena de princípio institutivo e de eficácia limitada ou contida.
- (B) absoluta de princípio programático e de eficácia contida de princípio institutivo.
- (C) limitada de princípio programático e de eficácia limitada de princípio institutivo.
- (D) relativa restringível e de eficácia plena de princípio programático.
- (E) absoluta de princípio institutivo e de eficácia limitada de princípio programático.

22. Em matéria de interpretação das normas constitucionais, é INCORRETO afirmar que

- (A) é desnecessário fixar a premissa de que todas as normas constitucionais desempenham uma função útil no ordenamento, sendo possível a interpretação que lhe suprima ou diminua a finalidade.
- (B) deve ser superada a contradição dos princípios, ou por meio de redução proporcional do âmbito de alcance da cada um deles, ou, em alguns casos, mediante a preferência ou a prioridade de certos princípios.
- (C) é preciso verificar, no interior do sistema, quais as normas que foram prestigiadas pelo legislador constituinte a ponto de convertê-las em princípios regentes desse sistema de valoração.
- (D) deve, na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, ser dada primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política.
- (E) deve ser adotada, entre as interpretações possíveis, aquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais, interpretando-as tanto explícita quanto implicitamente.

23. São requisitos para a quebra do sigilo fiscal e bancário, dentre outros:

- (A) autorização judicial e facultatividade da manutenção do sigilo.
- (B) determinação de Comissão Parlamentar de Inquérito e individualização do investigado e do objeto da investigação.
- (C) determinação da Receita Federal ou do Banco Central e dispensabilidade dos dados em poder desses órgãos.
- (D) autorização judicial exclusiva e integral observância do princípio do contraditório em qualquer fase da investigação.
- (E) requisição do Ministério Público e utilização dos dados obtidos para qualquer investigação.

24. Contra as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, somente caberá recurso quando

- (A) denegarem ou concederem *habeas corpus* ou *habeas data*.
- (B) decretarem a perda de mandatos eletivos estaduais ou municipais.
- (C) concederem mandado de segurança ou de injunção.
- (D) denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.
- (E) versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições municipais.

25. Considere as proposições abaixo.

- I. A legitimação do Ministério Público para a ação civil pública impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses.
- II. As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, salvo na hipótese de comprovada omissão.
- III. A independência funcional, a indivisibilidade e a unidade são considerados princípios institucionais do Ministério Público.
- IV. O Ministério Público goza de autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, não podendo exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Está correto o que contém APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

26. Em conformidade com o direito constitucional brasileiro, o controle repressivo da constitucionalidade é

- (A) exercido sempre pelas comissões de constituição e justiça dos Legislativos, com o referendo do Judiciário.
- (B) exercido por via de ação (difuso) ou de exceção (concentrado), desde que perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) realizado pelo Poder Judiciário, especialmente, porque o Poder Executivo também exerce esse controle.
- (D) próprio do Poder Judiciário que o exerce, em regra, porque o Poder Legislativo também pode realizar esse controle.
- (E) feito integralmente pelo Poder Judiciário, excluindo-se os Poderes Legislativo e Executivo.

27. Tício é Delegado de Polícia do município e Paulus é Membro do Ministério Público em exercício na Comarca. Para se candidatarem ao cargo de Vereador da cidade onde exercem tais atividades, preenchidos os demais requisitos legais, devem desincompatibilizar-se de seus cargos ou funções no prazo de

- (A) 3 meses antes do pleito.
- (B) 4 meses antes do pleito.
- (C) 6 meses antes do pleito.
- (D) 4 meses e 3 meses antes do pleito, respectivamente.
- (E) 6 meses e 4 meses antes do pleito, respectivamente.

<p>28. Fazem parte da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais:</p> <p>(A) dois Juízes do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, dois Juízes Federais, escolhidos, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.</p> <p>(B) dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República.</p> <p>(C) três Juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, mediante eleição pelo voto secreto.</p> <p>(D) três Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República.</p> <p>(E) um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus integrantes.</p>	<p>32. O candidato Alvius, na propaganda eleitoral, chamou o candidato Betus de “ladrão”, sem descrever ou mencionar o fato em que se baseou para formular tal ofensa. Assim procedendo, Alvius</p> <p>(A) cometeu o crime eleitoral de injúria.</p> <p>(B) cometeu o crime eleitoral de calúnia.</p> <p>(C) cometeu o crime eleitoral de difamação.</p> <p>(D) não cometeu nenhum delito, em razão da liberdade de expressão.</p> <p>(E) só terá cometido crime eleitoral se o ofendido for funcionário público.</p>
<p>29. Compete privativamente aos Tribunais Regionais Eleitorais</p> <p>(A) constituir as Juntas Eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.</p> <p>(B) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.</p> <p>(C) dividir a Zona em Seções Eleitorais.</p> <p>(D) expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.</p> <p>(E) fixar as diárias do respectivo Corregedor Regional em diligência fora da sede.</p>	<p>33. A respeito do processo das infrações penais relativas à prática de crimes eleitorais, é correto afirmar que,</p> <p>(A) verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia no prazo de 15 dias.</p> <p>(B) das decisões finais de condenação ou absolvição, cabe recurso para o Tribunal Regional, a ser interposto no prazo de 10 dias.</p> <p>(C) oferecida a denúncia, o acusado será citado para oferecer defesa preliminar no prazo de 5 dias.</p> <p>(D) recebida a denúncia, o réu ou seu defensor terá o prazo de 5 dias para apresentação de defesa prévia, podendo arrolar testemunhas.</p> <p>(E) se o juiz não fixar prazo diverso, a defesa deverá apresentar suas alegações finais em 3 dias.</p>
<p>30. A cada Seção Eleitoral corresponde uma Mesa Receptora de votos. Podem, entre outros, ser nomeados mesários das Mesas Receptoras</p> <p>(A) as autoridades.</p> <p>(B) os agentes policiais.</p> <p>(C) os funcionários no desempenho de cargo de confiança do Executivo.</p> <p>(D) os que pertencerem ao serviço eleitoral.</p> <p>(E) os serventuários da justiça.</p>	<p>34. Os partidos políticos</p> <p>(A) podem adotar uniformes para seus membros, mas lhes é vedado ministrar instrução militar ou paramilitar.</p> <p>(B) só adquirem personalidade jurídica após o registro de seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral competente.</p> <p>(C) atuam de acordo com o seu estatuto e programa e podem ser subordinados a entidades estrangeiras.</p> <p>(D) têm autonomia para definir sua estrutura interna, órgãos e funcionamento, e só podem ter caráter nacional.</p> <p>(E) têm acesso gratuito ao rádio e à televisão, independentemente do registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, e podem receber recurso do fundo partidário.</p>
<p>31. Túlio candidatou-se a Deputado Federal. Não conseguiu eleger-se, mas ficou como suplente. Nesse caso, de acordo com o Código Eleitoral Brasileiro, Túlio</p> <p>(A) receberá certificado expedido pelo Juiz Eleitoral.</p> <p>(B) receberá diploma assinado pelo Presidente do Superior Tribunal Eleitoral.</p> <p>(C) receberá diploma assinado pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(D) receberá certificado expedido pelo Presidente da Junta Eleitoral.</p> <p>(E) não receberá diploma, nem certificado, pois não conseguiu se eleger.</p>	<p>35. A desconcentração de poderes às pessoas jurídicas de direito público, que são investidas de competências políticas, dar-se-á por</p> <p>(A) atos regulamentares, com a criação de sociedades de economia mista.</p> <p>(B) atos infralegislativos, com a instituição das entidades paraestatais.</p> <p>(C) Decretos legislativos, com a criação de entes de colaboração.</p> <p>(D) Medidas Provisórias, com a instituição de empresas públicas.</p> <p>(E) Leis específicas, com a criação das autarquias.</p>

<p>36. Os órgãos públicos que se localizam na cúpula da Administração, detentores de autonomia administrativa, financeira e técnica, e que participam das decisões governamentais, denominam-se</p> <p>(A) independentes. (B) superiores. (C) autônomos. (D) subalternos. (E) compostos.</p>	<p>40. A contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos,</p> <p>(A) ocorrerá mediante licitação dispensada, desde que o valor da contratação seja correspondente à modalidade tomada de preços. (B) deverá ser realizada mediante inexigibilidade de licitação. (C) será objeto de licitação vedada. (D) poderá ser precedida de licitação dispensável. (E) deverá ser objeto de licitação na modalidade convite, independentemente do valor estimado do futuro contrato.</p>
<p>37. O Diretor Administrativo da Secretaria da Educação de determinado Estado da Federação, atuando nos limites de sua competência no sentido de autorizar a abertura de licitação na modalidade Tomada de Preços, inseriu no edital determinada condição a ser comprovada pelas licitantes para fins de habilitação técnica, privilegiando determinada empresa. Esta conduta caracteriza</p> <p>(A) abuso do poder sob a forma de desvio da finalidade. (B) excesso de poder como espécie de abuso do poder. (C) inobservância ao princípio da vinculação ao edital. (D) desvio do princípio da publicidade. (E) desrespeito ao julgamento objetivo.</p>	<p>41. É anulável o negócio jurídico</p> <p>(A) por vício resultante de erro, dolo ou coação. (B) que não se revestir da forma prescrita em lei. (C) quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto. (D) que tiver por objetivo fraudar lei imperativa. (E) quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.</p>
<p>38. Quanto às prerrogativas da Administração Pública, consubstanciadas nos poderes administrativos, considere as proposições abaixo.</p> <p>I. O poder inerente aos Chefes do Poder Executivo, no sentido de editar normas complementares à lei, objetivando a sua fiel execução.</p> <p>II. O poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre seus servidores do seu quadro de pessoal.</p> <p>Elas correspondem, respectivamente, aos poderes</p> <p>(A) discricionário ou vinculado, e de polícia. (B) regulamentar e hierárquico. (C) disciplinar e regulamentar. (D) discricionário e normativo. (E) hierárquico e disciplinar.</p>	<p>42. Com relação à prescrição, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os prazos prescricionais fixados por lei podem ser alterados por convenção das partes. (B) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar. (C) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor. (D) Correrá a prescrição normalmente entre cônjuges, na constância da sociedade conjugal. (E) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.</p>
<p>39. A lanchonete Hambúrguer Express Ltda. foi interdita pela Vigilância Sanitária, por estar servindo aos seus clientes gêneros alimentícios com prazo de validade expirado, bem como em razão da péssima condição de higiene constatada pela fiscalização na cozinha e nos sanitários desse estabelecimento.</p> <p>Não obstante a alegação, por parte dos proprietários, de que o agente público que expediu o ato de interdição agiu com abuso do poder, esse ato é portador do atributo da</p> <p>(A) motivação. (B) publicidade. (C) competência. (D) finalidade. (E) presunção de legitimidade.</p>	<p>43. Maria completou 16 anos de idade em fevereiro de 2004. Em julho de 2004, contraiu matrimônio com João. Em agosto de 2004, aprovada em concurso, iniciou o exercício de emprego em empresa privada. Em novembro de 2004, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante. Segundo o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que Maria</p> <p>(A) adquiriu a maioridade civil quanto iniciou o exercício do emprego na empresa privada. (B) ainda é considerada absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, em razão da sua idade. (C) ainda é incapaz, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, em razão da sua idade. (D) adquiriu a maioridade civil em julho de 2004, quando contraiu matrimônio com João. (E) adquiriu a maioridade civil quando estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante.</p>

<p>44. Considere as proposições abaixo.</p> <p>I. A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do <i>de cuius</i>.</p> <p>II. O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, independentemente de anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato da entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.</p> <p>III. Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.</p> <p>Está correto o que contém APENAS em</p> <p>(A) I e II.          (B) I e III.          (C) II.          (D) II e III.          (E) III.</p>	<p>47. Suspende-se o processo</p> <p>(A) pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.</p> <p>(B) quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.</p> <p>(C) quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.</p> <p>(D) quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.</p> <p>(E) quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.</p>
<p>45. Considere as proposições abaixo sobre competência territorial.</p> <p>I. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens imóveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.</p> <p>II. Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.</p> <p>III. A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.</p> <p>IV. Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será sempre competente o foro do local do fato.</p> <p>Está correto o que contém APENAS em</p> <p>(A) I e II.          (B) I e III.          (C) I e IV.          (D) II e III.          (E) III e IV.</p>	<p>48. Com relação às nulidades processuais, é certo que,</p> <p>(A) em qualquer hipótese, a nulidade dos atos poderá ser alegada até o trânsito em julgado da sentença, não se aplicando a preclusão processual.</p> <p>(B) quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.</p> <p>(C) anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam; todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes.</p> <p>(D) quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, não é nulo o processo, tratando-se de mera irregularidade.</p> <p>(E) em regra, o erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos processuais, que serão repetidos ou retificados.</p>
<p>46. Com relação aos prazos processuais, é correto afirmar que,</p> <p>(A) quando os prazos forem estabelecidos pela lei ou pelo juiz, eles serão contínuos, porém interromper-se-ão nos feriados.</p> <p>(B) em qualquer hipótese, é defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório.</p> <p>(C) de comum acordo, podem as partes, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.</p> <p>(D) salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.</p> <p>(E) decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.</p>	<p>49. É correto afirmar que constitui crime de abuso de autoridade, entre outros, a conduta de autoridade que, no exercício de suas funções,</p> <p>(A) submeta pessoa sob sua guarda a todos constrangimentos.</p> <p>(B) leve à prisão quem quer que se proponha a prestar fiança.</p> <p>(C) deixe de comunicar, imediatamente, a qualquer juiz a prisão de uma pessoa.</p> <p>(D) deixe, sendo juiz, de ordenar o relaxamento de prisão que lhe seja comunicada.</p> <p>(E) pratique ato lesivo do patrimônio de pessoa jurídica, sem competência legal.</p>

<p>50. Adônis, valendo-se da qualidade de servidor público, vinha patrocinando, diretamente, interesses particulares do casal Perseu e Afrodite junto ao Ministério das Comunicações; Apolo, também servidor público, vinha retardando, indevidamente, a prática de suas atribuições, para satisfazer interesses pessoais de ordem patrimonial e moral. Nesse caso, Adônis e Apolo devem responder, respectivamente, pelos crimes de</p> <p>(A) concussão e peculato.</p> <p>(B) corrupção passiva e condescendência criminosa.</p> <p>(C) advocacia administrativa e prevaricação.</p> <p>(D) exercício funcional ilegalmente prolongado e prevaricação.</p> <p>(E) condescendência criminosa e corrupção passiva.</p>	<p>54. No que se refere à competência, em matéria processual penal, considere as proposições abaixo.</p> <p>I. Se diversas pessoas que assistem a um jogo de futebol, ocasionalmente reunidas, praticam depreciações no estádio, é o caso de conexão intersubjetiva, por simultaneidade.</p> <p>II. Se forem praticadas agressões entre os participantes de dois grupos de pessoas em algum lugar, está presente a conexão intersubjetiva, por concurso ou concursal.</p> <p>III. Se três pessoas resolvem furtar um banco, cada uma praticando atos diferentes ao mesmo tempo, caracteriza-se a conexão objetiva ou teleológica.</p> <p>IV. Se para condenar aquele que adquiriu, dolosamente, um objeto roubado, é necessário demonstrar que a coisa adquirida era produto de crime, tem-se a conexão instrumental.</p> <p>Está correto o que contém APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>51. A ação de Cleópatra ao ministrar um antídoto que neutralizou, em tempo, o veneno dado anteriormente a Marco Antônio, caracteriza</p> <p>(A) o crime impossível.</p> <p>(B) o arrependimento posterior.</p> <p>(C) a desistência voluntária.</p> <p>(D) o arrependimento eficaz.</p> <p>(E) o crime tentado.</p>	<p>55. Nas hipóteses de cabimento de prisão preventiva, a liberdade provisória</p> <p>(A) é permitida, com fiança e vinculada.</p> <p>(B) é possível, mediante fiança e desvinculada.</p> <p>(C) pode ser concedida sem fiança, mas vinculada.</p> <p>(D) é vedada, por força da legislação processual penal.</p> <p>(E) é facultativa, ficando a critério do juiz.</p>
<p>52. O Código Penal vigente NÃO considera pena restritiva de direitos a</p> <p>(A) prestação pecuniária.</p> <p>(B) multa.</p> <p>(C) perda de bens e valores.</p> <p>(D) prestação de serviços à comunidade.</p> <p>(E) limitação de fim de semana.</p>	<p>56. Em matéria de nulidades, é certo que</p> <p>(A) a incompetência do juízo anula somente os atos decisórios.</p> <p>(B) a citação deficiente não pode ser convalidada pelo comparecimento do réu.</p> <p>(C) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte não pode ser sanada a qualquer tempo.</p> <p>(D) as omissões da denúncia só podem ser supridas até o interrogatório do acusado.</p> <p>(E) a ausência de citação, de intimação ou de notificação sempre admitem a convalidação.</p>

57. A respeito das decisões do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais em matéria de natureza administrativa, considere as proposições abaixo.

- I. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de trinta dias, a contar da publicação ou ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- II. A representação constitui instrumento a ser oferecido, no prazo de quinze dias, contados da publicação no órgão oficial, da decisão recorrida.
- III. Como o pedido de reconsideração corresponde ao instrumento legítimo para possibilitar a reforma da decisão recorrida, sendo deferido este pedido, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.
- IV. Por ser pertinente o recurso administrativo para postular a reforma da decisão recorrida, sendo este deferido, os efeitos da decisão serão *ex nunc*.

Está correto o que contém APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

58. No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, os expedientes administrativos

- (A) serão encaminhados à Diretoria-Geral, mediante cópias reprográficas, permanecendo nessa Diretoria os originais para posterior arquivamento.
- (B) deverão ser submetidos à apreciação do Juiz Eleitoral Diretor do Foro, para posterior encaminhamento à Secretaria do Tribunal.
- (C) poderão ser encaminhados às Secretarias do Tribunal por via de *fac-simile*, sendo desnecessário o encaminhamento do original.
- (D) deverão ter os originais encaminhados à Secretaria Geral para posterior distribuição às correspondentes unidades.
- (E) serão encaminhados apenas por meio eletrônico aos respectivos Chefes de Cartórios, os quais determinarão as correspondentes distribuições.

59. O servidor público ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança,

- (A) após o decurso do prazo de cinco anos de efetivo exercício no cargo anteriormente ocupado, com prejuízo da correspondente remuneração.
- (B) com prejuízo das atribuições inerentes ao cargo que atualmente ocupa, passando a perceber a remuneração correspondente ao segundo cargo.
- (C) desde que no ato da posse no novo cargo, apresente e tenha deferido o seu pedido de exoneração do cargo anteriormente ocupado.
- (D) limitada esta hipótese para os servidores que tenham cumprido o período de estágio probatório no cargo anteriormente ocupado.
- (E) sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

60. No que tange ao provimento de cargo público, considere as proposições abaixo.

- I. A nomeação para cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade de até três anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- II. A designação para cargo de carreira de provimento vitalício depende de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, observado o prazo de sua validade de até dois anos, prorrogável até duas vezes.
- III. A nomeação para cargo de carreira ou isolado de provimento efetivo depende de prévia capacitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade fixado no edital.
- IV. A edição do ato de designação do servidor para cargo isolado ou de carreira de provimento efetivo depende de prévia aptidão a ser reconhecida em concurso público de provas, sujeito ao prazo de validade do certame de até dois anos, podendo ser prorrogado, conforme critério estabelecido em edital.

Está correto o que contém APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

### DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: A redação sobre a proposta apresentada deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

Analise atentamente a argumentação apresentada no seguinte texto:

*No campo jurídico, o aspecto da falibilidade dos dispositivos legais revela-se não apenas em eventuais equívocos técnicos de redação, facilmente sanáveis, mas num possível desajuste entre o espírito de uma legislação, pretendido à época em que foi promulgada, e a dinâmica das condições sociais, culturais e históricas. As amplas reformas constitucionais ou as revisões tópicas da legislação evidenciam a necessidade permanente de compatibilização entre a lei e as práticas culturais. Não obstante isso, deve-se considerar a existência de princípios éticos que não admitem qualquer revisão, ainda que se invoque o princípio da falibilidade.*

Desenvolva uma **dissertação**, na qual você exporá suas razões de concordância ou discordância, total ou parcial, em relação às idéias desenvolvidas nesse texto.

